(noventa metros e vinte e seis centímetros), até encontrar o ponto "7c = PC" da curva de concordância; daí, segue por uma linha curva, com um desenvolvimento de 7,43m (sete metros e quarenta e três centímetros), até encontrar o ponto "7a = PT" da citada curva, situado no alinhamento da estrada secundária; daí, segue por essa estrada, por uma distância de 460,85m (quatrocentos e sessenta metros e oitenta e cinco centímetros), até encontrar o ponto "2X", inicial, encerrando a área de 28.480,41m² (vinte e oito mil, quatrocentos e oitenta metros quadrados e quarenta e um decímetros quadrados).

AREA B-1 — inicia no ponto "31-X", situado no alinhamento da Rodovia SP-23; daí, segue em linha reta, com um rumo de 4°39'NW e uma distância de 106,72m (cento e seis metros e setenta e dois centímetros), até encontrar o ponto "30a", situado na estrada de acesso à Colônia Psiquiátrica Infantil, confrontando com terrenos remanescentes do Hospital Psiquiátrico II; daí, deflete à direita e segue pela citada estrada de acesso, por uma extensão de 183,83m (cento e oitenta e três metros e oitenta e três centímetros), até encontrar o ponto "28c", situado no alinhamento da Rodovia SP-23; daí, deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rodovia SP-23, por uma distância de 165,85m (cento e sessenta e cinco metros e oitenta e cinco centímetros), até encontrar o ponto "31-X", inicial, encerrando a área de 7.878,42m² (sete mil, oitocentos e setenta e oito metros quadrados e quarenta e dois decímetros quadrados).

AREA C — inicia no ponto "E", situado no alinhamento da Rodovia SP-23; daí, segue pelo alinhamento da citada Rodovia, na direção de Franco da Rocha, por uma extensão de 553,04 m (quinhentos e cinquenta e três metros e quatro centímetros), até encontrar o ponto "A"; daí, deflete à direita e segue por uma reta, confrontando com Peixoto Gomide, com o rumo de 23° 39' SW e uma distância de 493,46 m (quatrocentos e noventa e três metros e quarenta e seis centímetros), até encontrar o ponto "E", inicial, encerrando a área de 31.569 m² (trinta e um mil, quinhentos e sessenta e nove metros quadrados).

AREA D — inicia no ponto "3y", situado na Rodovia SP-23; daí, segue em linha reta pela estrada de acesso ao Manicômio Judiciário, com o rumo de 62° 16' SW e uma distância de 24,15 m (vinte e quatro metros e quinze centímetros), até encontrar o ponto "C"; daí, deflete à direita e segue acompanhando o Rio Juqueri a uma distância de 15,40 m (quinze metros e quarenta centímetros), por uma extensão de 236 m (duzentos e trinta e seis metros), até encontrar o ponto "B"; daí, deflete à direita e segue confrontando com remanescentes por uma reta, com o rumo de 57° 31' NE e uma distância de 123,61 m (cento e vinte e três metros e noventa e um centímetros), até encontrar o ponto "2X", situado à margem da Rodovia SP-23; daí, deflete à direita e segue pelo alinhamento desta Rodovia, por uma distância de 283,12 m (duzentos e oitenta e três metros e doze centímetros), até encontrar o ponto "3y", inicial, encerrando a área de 11.963,39 m² (onze mil, novecentos e sessenta e três metros quadrados e trinta e nove decímetros quadrados).

AREA E — inicia no ponto "2", situado na margem da Rodovia SP-23, junto à divisa da área transferida à Secretaria da Educação; daí, segue pelo alinhamento desta Rodovia, por uma extensão de 139,95 m (cento e trinta e nove metros e noventa e cinco centímetros), até encontrar o ponto "Y"; daí, deflete à direita e segue acompanhando o Rio Juqueri, a uma distância de 15,40 m (quinze metros e quarenta centímetros), por uma extensão de 154 m (cento e cinquenta e quatro metros), até encontrar o ponto "3"; daí, deflete à direita e segue por uma reta com o rumo de 25° 51' 07" NE e uma distância de 37,73 m (trinta e sete metros e setenta e três centímetros), até encontrar o ponto "2", inicial, encerrando a área de 3.465 m² (três mil, quatrocentos e sessenta e cinco metros quadrados).

AREA E-1 — inicia no ponto "16b", situado no cruzamento da Rodovia SP-23, com a estrada velha Franco da Rocha-Mairiporã; daí, segue pelo alinhamento da estrada velha, por uma distância de 250,11 m (duzentos e cinquenta metros e onze centímetros), até encontrar o ponto "IVc", situado no alinhamento da Rodovia SP-23; daí, deflete à direita e segue pelo alinhamento dessa Rodovia, por uma distância de 170 m (cento e setenta metros), até encontrar o ponto "16b", inicial, encerrando a área de 6.731,68 m² (seis mil, setecentos e trinta e um metros quadrados e sessenta e oito decímetros quadrados).

Artigo 2.º — Da escritura deverão constar cláusulas, termos e condições que assegurem a efetiva utilização dos terrenos para o fim a que se destinam e que impeçam sua transferência a qualquer título, estipulando-se que, em caso de inadimplemento, será o contrato rescindido independentemente de indenização por benfeitorias realizadas.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de setembro de 1981.

PAULO SALIM MALUF

José Carlos Ferreira de Oliveira, Secretário da Justiça

Adil Domingos Jatene, Secretário da Saúde

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 16 de setembro de 1981.

Esther Zinsly, Direto. (Divisão — Nível II)

LEI N.º 2.998, DE 16 DE SETEMBRO DE 1981

Autoriza a Fazenda do Estado a ceder, em comodato, ao Município de Fernando Prestes, imóvel situado em sua sede

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica a Fazenda do Estado autorizada a ceder, em comodato, pelo prazo de 20 (vinte) anos, ao Município de Fernando Prestes, imóvel situado em sua sede, compreendendo terreno com área de 1.441 m² (um mil, quatrocentos e quarenta e um metros quadrados) e área construída de 567,74 m² (quinhentos e sessenta e sete metros quadrados e setenta e quatro decímetros quadrados), destinado à instalação de cursos e dependências municipais, caracterizado na Planta n.º 151 da Procuradoria Geral do Estado, assim descrito e confrontado:

inicia no ponto «A», situado a 34 m (trinta e quatro metros) da interseção dos alinhamentos prediais da Avenida Luiz Frare com a rua São Paulo; daí, segue o muro de divisa, confrontando com Ovidio Savazzi, na distância de 44m (quarenta e quatro metros), até encontrar o ponto «B»; deste, deflete à direita e segue em linha reta, confrontando com Próprio Municipal, na distância de 33 m (trinta e três metros), até encontrar o ponto «C»; deste, deflete à direita e segue o muro de divisa, confrontando com terreno da Casa Paroquial, na distância de 44 m (quarenta e quatro metros), até encontrar o ponto «D»; deste, deflete à direita e segue o alinhamento predial da Rua São Paulo, com ela confrontando na distância de 32,50 m (trinta e dois metros e cinquenta centímetros); até encontrar o ponto inicial «A».

Artigo 2.º — Da escritura deverão constar cláusulas, termos e condições que assegurem a efetiva utilização do imóvel para o fim a que se destina e que impeçam sua transferência, a qualquer título, estipulando-se que, em caso de inadimplemento, será o contrato rescindido independentemente de indenização por benfeitorias realizadas.

Artigo 3.º — O imóvel objeto desta lei será restituído ao Estado, independentemente de indenização por quaisquer benfeitorias, ao término do prazo contratual.

Artigo 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de setembro de 1981.

PAULO SALIM MALUF

Luiz Ferreira Martins, Secretário da Educação

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 16 de setembro de 1981.

Esther Zinsly, Diretor (Divisão — Nível II)

LEI N.º 2.999, DE 16 DE SETEMBRO DE 1981

Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, por doação, ao Município de Olímpia, imóvel nele situado

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica a Fazenda do Estado autorizada a alienar, por doação, ao Município de Olímpia, imóvel nele situado, com área de 1.732,85 m² (um mil, setecentos e trinta e dois metros quadrados e oitenta e cinco decímetros

quadrados), no qual se acham construídas duas casas geminadas e dois barracões, com área total construída de 150 m² (cento e cinquenta metros quadrados), assim descrito e confrontado, constante Planta de número 67 da Procuradoria Geral do Estado:

inicia no ponto «A», localizado no alinhamento da Avenida Júlio Ferrante, na divisa de José Melchhiades Pereira Filho, a 11,40m (onze metros e quarenta centímetros) da interseção do alinhamento da alameda José Rodrigues da Silva com a avenida Júlio Ferrante; daí, segue pelo alinhamento da citada avenida, na distância de 33 m (trinta e três metros) até o ponto «B»; daí, defletindo à direita, segue pela divisa com Alvaro C. Ayusso, na distância de 36 m (trinta e seis metros), até o ponto «C»; na divisa de João Rosino Neto. Daí, defletindo à direita, segue em divisa com o referido senhor, na distância de 11,50 m (onze metros e cinquenta centímetros), até o ponto «D»; deste, defletindo à esquerda, ainda em divisa com João Rosino Neto, segue na distância de 36,70 m (trinta e seis metros e setenta centímetros), até o ponto «E», no alinhamento da avenida Gerônimo Alves da Silva; daí, defletindo à direita, segue pelo alinhamento da referida avenida na distância de 10,50 m (dez metros e cinquenta centímetros) até o ponto «F», na divisa de Guerino Fossliusa; deste ponto defletindo à direita, segue dividindo com Guerino Fossliusa e Bibiano Gonçalves, na distância de 24 m (vinte e quatro metros), até o ponto «G»; na divisa com Bibiano Gonçalves; daí, defletindo à esquerda, segue na divisa com Bibiano Gonçalves, na distância de 22 m (vinte e dois metros), até encontrar o alinhamento da alameda José Rodrigues da Silva, onde está localizado o ponto «H»; daí, defletindo à direita, segue pelo alinhamento da referida avenida, na distância de 12,50 m (doze metros e cinquenta centímetros) até o ponto «I», na divisa de Marcelino Lopes; deste ponto, defletindo à direita, segue pela divisa do referido senhor, na distância de 22 m (vinte e dois metros), até o ponto «J», ainda em divisa com Marcelino Lopes; daí, defletindo à esquerda, segue em divisa com o referido senhor na distância de 12,50 m (doze metros e cinquenta centímetros), até o ponto «K», ainda na divisa de Marcelino Lopes; deste ponto defletindo à esquerda, segue pela divisa do referido senhor na distância de 10,50 m (dez metros e cinquenta centímetros), até o ponto «L», na divisa de José Melchhiades Pereira Filho; daí, defletindo à direita, segue pela divisa do referido senhor, na distância de 25 m (vinte e cinco metros) até o ponto «A», onde teve início.

Parágrafo único — O imóvel destina-se à instalação de centro de lazer do município doador.

Artigo 2.º — Da escritura deverão constar cláusulas, termos e condições que assegurem a efetiva utilização do imóvel para o fim a que se destina e que impeçam sua transferência, a qualquer título, estipulando-se que, em caso de inadimplemento, será o contrato rescindido independentemente de indenização por benfeitorias realizadas.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de setembro de 1981.

PAULO SALIM MALUF

José Carlos Ferreira de Oliveira, Secretário da Justiça

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 16 de setembro de 1981.

Esther Zinsly, Diretor (Divisão — Nível II)

LEI N.º 3.000, DE 16 DE SETEMBRO DE 1981

Cria três cargos de Curador Geral na Parte Permanente do Quadro da Justiça

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Ficam criados, na Parte Permanente do Quadro da Justiça, 3 (três) cargos de Curador Geral, referência IV, classificados em terceira entrância, destinados, respectivamente, à 5.ª, à 6.ª e à 7.ª Varas Cíveis da Comarca de Campinas.

Artigo 2.º — Para atender às despesas resultantes da aplicação desta lei, no corrente exercício, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 4.486.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil cruzeiros).

Parágrafo único — Os créditos suplementares de que trata este artigo serão cobertos na forma prevista pelo artigo 43 da Lei federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de setembro de 1981.

PAULO SALIM MALUF

José Carlos Ferreira de Oliveira, Secretário da Justiça

Afonso Celso Pastore, Secretário da Fazenda

Rubens Vaz da Costa, Secretário de Economia e Planejamento

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 16 de setembro de 1981.

Esther Zinsly, Diretor (Divisão — Nível II)

LEI N.º 3.001, DE 16 DE SETEMBRO DE 1981

Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, por doação, ao Município de Franca, imóvel nele situado

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica a Fazenda do Estado autorizada a alienar, por doação, ao Município de Franca, imóvel nele situado, com área de 45.780m² (quarenta e cinco mil, setecentos e oitenta metros quadrados), abrangendo prédios com área total construída de 9.222,46m² (nove mil, duzentos e vinte e dois metros quadrados e quarenta e seis decímetros quadrados), assim descrito e confrontado, consoante Planta n.º 237 da Procuradoria Geral do Estado:

inicia no ponto «A», situado a 150m (cento e cinquenta metros) da interseção dos alinhamentos prediais da Rua Cap. Zeca de Paula com a Avenida Champagnat; daí, segue o alinhamento predial desta última, confrontando com a mesma, na distância de 5,50m (cinco metros e cinquenta centímetros), até encontrar o ponto «B»; deste, deflete à direita e segue o alinhamento predial da Avenida Champagnat, confrontando com a mesma, na distância de 131m (cento e trinta e um metros), até encontrar o ponto «C»; deste, deflete à direita e segue o muro de divisa, confrontando com Vitorio Picioni e outros, na distância de 38m (trinta e oito metros), até encontrar o ponto «D»; deste, deflete à esquerda e segue o alinhamento de divisa, confrontando com Vitorio Picioni e outros, na distância de 37m (trinta e sete metros), até encontrar o ponto «E»; deste, deflete à direita e segue a cerca de divisa, confrontando com Marcionilio Moraes Borges e outros, na distância de 203m (duzentos e três metros), até encontrar o ponto «F»; deste, deflete à direita e segue a cerca de divisa, confrontando com o loteamento Champagnat, na distância de 118m (cento e dezoito metros), até encontrar o ponto «G»; deste, deflete à direita e segue o alinhamento predial da Rua Cap. Zeca de Paula, confrontando com a mesma, na distância de 116m (cento e dezesseis metros), até encontrar o ponto «H»; deste, deflete à direita e segue o muro de divisa, confrontando com a propriedade de José Aidar, na distância de 91m (noventa e um metros), até encontrar o ponto «I»; deste, deflete à esquerda, e segue o muro de divisa, confrontando ainda com a propriedade de José Aidar, na distância de 45m (quarenta e cinco metros), até encontrar o ponto «J»; deste, deflete à direita e segue o muro de divisa, confrontando com Ewerton Merlino e outros na distância de 66m (sessenta e seis metros), até encontrar o ponto «L»; deste, deflete à esquerda e segue o muro de divisa, confrontando ainda com Ewerton Merlino e outros, na distância de 37m (trinta e sete metros), até encontrar o ponto inicial «A».

Parágrafo único — O imóvel, que será restaurado pelo adquirente, destina-se à instalação de órgãos educacionais e culturais do Município.

Artigo 2.º — Da escritura deverão constar cláusulas, termos e condições que assegurem a efetiva utilização do imóvel para o fim a que se destina e que impeçam sua transferência, a qualquer título, estipulando-se que, em caso de inadimplemento, será o contrato rescindido independentemente de indenização por benfeitorias realizadas.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 16 de setembro de 1981.

PAULO SALIM MALUF

José Carlos Ferreira de Oliveira, Secretário da Justiça

Luiz Ferreira Martins, Secretário da Educação

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 16 de setembro de 1981.

Esther Zinsly, Diretor (Divisão — Nível II)